

O MÉTODO LANCASTERIANO E O ENSINO DA ORDEM E DA DISCIPLINA PARA OS SOLDADOS DO IMPÉRIO BRASILEIRO

NEVES¹, Fátima Maria – UEM – fmneves@uem.br

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: Sem Financiamento

INTRODUÇÃO

Nos discursos das elites políticas e ilustradas, do início do século XIX, estão presentes referências sobre como a Educação – ou a instrução pública – era um dos mais relevantes fatores para transformação e promoção social, para preservação da unidade e da integridade nacional². A Monarquia e suas elites tinham consciência da existência “perigosa” das massas populares que foi se constituindo entre aqueles que foram ficando à margem da produção colonial, centralizada nos senhores e nos escravos. Estes contingentes cresceram muito desestabilizando o sistema. Essa população foi denominada por Prado Júnior (1979, p. 285), de “massa deslocada, indefinida, mal enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela”. Por Franco (1983, p.14), de uma “ralé”, composta de homens livres e expropriada que sobreviveu à margem da escravidão, da agricultura, da ocupação do solo, do mercado; enfim, não foram integrados à produção mercantil, desconhecendo os rigores do trabalho forçado e não se proletarizando.

Para que essa população pobre, sem patrão, que não tinha riqueza alguma, não tinha status, e nem detinha poder, deixasse de representar uma ameaça, ela deveria ser institucionalmente controlada (HOLLOWAY, 1997, p.25).

Criaram-se, nesse contexto, estratégias que valorizavam o trabalho, a honra, a virtude, a decência, a limpeza e o bem-estar, em oposição aos elementos que configuravam a “barbárie”, como a indolência, o ócio, a pobreza, a doença e a devassidão. Optaram também por simplificar a religião e a instrução, com a intenção de influir nos comportamentos. O meio de converter as classes subalternas ao trabalho disciplinado devia se dar com a educação primária (BARREIRO, 1987, p. 139).

Mas como desenvolver hábitos escolares em uma população que vinha se recusando a subordinar-se às regras do trabalho disciplinado? Como instruir uma população, que na visão das elites, nem sequer reconhecia a importância da educação?

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação/UEM, Coordenadora do Grupo de Estudos e de Pesquisa sobre a História dos Campos Disciplinares (GEPECADIS).

² Ver os Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 11/08/1823, p.55; Sessão de 9/07/1826, p.87.

Para Almeida (1989, p.37), um cronista contemporâneo do século XIX e um estudioso da educação e da instrução pública, era necessário enfrentar a “ignorância” da população, que no seu entender estava no estágio anterior à descoberta da imprensa. Fazia-se necessário instruí-la, elementarmente no ensino da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas fundamentais, bem como o do ensino religioso³. Como as elites traduziram a proposta metodológica em proposta política ou vice-versa no período de constituição do Estado Nacional?

Uma das opções foi o de estabelecer como um dos projetos do recente Estado a criação de mecanismos de vigilância e de disciplinarização para as classes subalternas, tais como as forças policiais e o aparato educacional, articulando no interior deste a instrução pública, sob a tutela do Método Lancasteriano - o primeiro método pedagógico, para a instrução pública instituído, oficialmente por D. Pedro I, por meio da Lei 15 de outubro de 1827.

Com esses pressupostos, estabelecidos fora e dentro da esfera educacional, é possível compreender como o interesse por métodos foi ganhando espaço e consistência nos discursos parlamentares e no exercício do ofício entre os professores, a ponto de os métodos pedagógicos serem considerados como a “alma do ensino”.

Estabelecemos, portanto, para este artigo o objetivo de apresentar a implantação, em caráter oficial, em 1827, no interior das instituições militares, no Brasil, do Método Lancasteriano, um método pedagógico formulado, na Inglaterra, no início do século XIX, e analisar porque os soldados foram escolhidos para serem os primeiros a serem instruídos pelo Método para, posteriormente, se tornarem mestres lancasterianos.

O MÉTODO LANCASTERIANO E AS INSTITUIÇÕES MILITARES NA LEGISLAÇÃO IMPERIAL

A Coleção de Leis do Império, é uma das fontes preciosas para investigar as bases da Instrução Pública. Por meio dela constata-se, por exemplo, que é condição *sine qua non* recuperar a Lei de 15 de outubro de 1827, para analisar que sua importância reside não só no fato de ser a primeira Lei mas também porque foi a única Lei Geral para a Instrução Pública relativa ao ensino elementar, da Independência até 1946.

³ Projeto de Lei sobre a Instrução Pública do Império do Brasil. Sessão de 16 de junho de 1826, p.151.

Composta de 17 artigos, ela instituiu e declarou em três deles, como método oficial para o ensino de primeiras letras, o Método do Ensino Mútuo e de Lancaster⁴.

Na Coleção de Leis do Império do Brasil encontra-se, também, um conjunto de 40 medidas legais que tratam da Educação. E 23 evidenciam a relação de proximidade entre a Educação e o corpo militar, mais especificamente são decisões que regulamentam o Método no interior das forças militares. Primeiramente aparece o local onde seriam abertas as primeiras escolas lancasterianas: no interior do espaço militar, e depois é mencionado o recrutamento dos soldados para se tornarem mestres lancasterianos.

Atribui-se a responsabilidade oficial de abertura de escolas de primeiras letras, sob a dinâmica do método de Lancaster, ao Corpo Militar do Governo Imperial, conforme atesta o conteúdo da Decisão do Reino n.83, de 24 de julho de 1822, a qual “manda ficar a cargo da Repartição dos Negócios da Guerra a Escola do Ensino Mutuo desta cidade, sob a representação inclusa de Dionysio José Nicolao Reinoud.”⁵

Essa escola foi criada por D. Pedro I, no município da Corte, em 29 de janeiro de 1823. Ela ficou sob a representação do citado senhor⁶ e foi tornada pública em 3 de maio de 1823, na inauguração da Assembléia Constituinte, quando o Monarca revelou que, por “conhecer a vantagem do ensino mútuo, tinha mandado abrir uma escola pelo methodo lancasteriano” (FALLAS DO THRONO, 1872, p.23).

Almeida (1989, p.57) informa que essa escola estava sediada na Paróquia de Sacramento, nas dependências da Escola Militar.

No mesmo ano de 1822, a Lei n.143, de 25 de novembro, mandou instalar no Arsenal da Guerra, para os operários militares, uma escola de primeiras letras.

Pouco depois, aproximadamente 4 meses, em 1º de março de 1823, foi criada uma escola de primeiras letras pelo método do Ensino Mútuo para instruir as corporações militares, conforme rege o Decreto de mesma data⁷.

⁴ **Art.4**, As Escolas serão de Ensino Mútuo nas Capitaes das Províncias: e o serão também nas cidades, Vilas, e Lugares populosos dellas, em que for possível estabelecerem-se. **Art.5**, Para as Escolas do Ensino Mútuo se applicarão os edificios, que houverem com sufficiencia nos lugares dellas, arranjando-se com os utensílios necessários á custa da Fazenda Pública, e os professores, que não tiverem a necessaria instrucção deste ensino, vão instruir-se em curto prazo, e á custa dos seus ordenados nas Escolas das Capitaes. **Art 15**, Estas escolas serão regidas pelos estatutos actuaes no que se não opposerem á presente Lei; os castigos serão os praticados pelo methodo de Lencastre (COLEÇÃO DE LEIS, 1830, p.16-18).

⁵ Coleção de Leis do Império. Decisões do Governo, n.83, 24/07/1822.

⁶ Coleção de Leis Imperiais. Decisões do Governo, n.11.

⁷ Coleção das Leis Imperiais. Decretos, Cartas e Alvarás – Decreto de 1º de março de 1823.

Cardoso (1999, p.123) relata que no mesmo ano, no dia 13 de abril, foi criada uma outra escola de Ensino Mútuo no Rio de Janeiro, a qual

admitia gratuitamente até 270 meninos acima de sete anos, para os quais o governo se comprometia a fornecer ‘papel, penas e mais apetrechos para o ensino’. Essa escola do ensino mútuo foi dirigida por uma junta diretora composta pelo doutor João da Silveira Caldeira [...] e mais os tenentes-coronéis João Paulo dos Santos [...] a junta foi extinta pelo decreto de 4 de março de 1829 (CARDOSO, 1999, p.123).

Em 1823, mais precisamente em 20 de setembro, foi autorizada pelo Imperador a abertura de uma outra escola de Ensino Mútuo para indivíduos dos corpos da Guarnição da Corte⁸.

No mesmo ano, em 29 de abril⁹, a Decisão 69 “manda tirar dos corpos de linha das Províncias um ou dois indivíduos para freqüentarem nesta Corte as escolas do ensino mútuo pelo methodo de Lancaster,” para os quais também podiam ser enviados Oficiais inferiores ou soldados (COLEÇÃO DE LEIS, 1835, p.52).

Para além das informações da criação das escolas mútuas no espaço militar e do fato de o recrutamento dos primeiros mestres serem membros do corpo de soldados, a Coleção das Leis do Império também revela as decisões que prevêem incentivos que os soldados receberam para assumirem a carreira de professores lancasterianos.

A retirada de um ou dois soldados dos Corpos de Linhas das Províncias para freqüentarem, na Corte, as escolas de Ensino Mútuo, para que depois eles multiplicassem seu saber em seus lugares de origem¹⁰, dava o direito a uma gratificação mensal de 6 mil réis¹¹ (6\$000), posteriormente aumentada para vinte mil réis (20\$000) para aqueles militares que se tornaram professores (lentes) do Ensino Mútuo¹².

Na Coleção de Leis foi possível identificar que no ano de 1825 a relação entre os aspectos educacionais sob a responsabilidade da Instituição Militar atingiu seu auge: foi o período de maior disseminação do Método de Lancaster no Brasil. No Ceará foi criada a Escola Normal de Ensino Mútuo, sob a responsabilidade do Tenente de Caçadores de

⁸ Coleção de Leis Imperiais. Decisões do Governo, n.203.

⁹ Coleção de Leis Imperiais. Decisões do Governo, n.69.

¹⁰ Decisão da Guerra n.69, de 29 de abril de 1823 e a Decisão da Guerra n.138, de 11 de junho de 1824.

¹¹ Decisão da Guerra n.130, de 22 de agosto de 1823.

¹² Decisão da Guerra, n.82, de 3 de abril de 1824.

1ª linha, Sr. Antonio José Moreira¹³; na Província de Pernambuco, Sr. Manuel Caetano Espinola¹⁴, sendo que ambos deveriam ir à Corte se instruir sobre o método, custeados pela própria corte. E após essas medidas tem-se a Decisão n.182, que generaliza, para todas as províncias, a promoção do método¹⁵.

Três anos depois, em 1828, esse panorama começa a se alterar. No campo da legislação, em 7 de fevereiro pode-se identificar o início do afastamento dos oficiais militares das escolas lancasterianas ou mútuas.

A Decisão da Guerra de n.25 “manda cessar a correspondência com a Repartição da Guerra relativamente às Escolas de Ensino Mútuo por elas estabelecidas, devendo ser dirigida à Repartição do Império” (COLEÇÃO DE LEIS, 1835, p.22). O rompimento definitivo da ligação se fez a partir da Decisão do Império n.66, de 12 de maio de 1832, que impedia um militar de ser admitido como professor público.

Considerando que a legislação confirmava a iniciativa do governo brasileiro em optar por criar as primeiras escolas no interior dos quartéis militares, bem como incentivava a formação do primeiro quadro de mestres lancasterianos entre os oficiais militares, procurei, com o intuito de enriquecer a análise, investigar os Relatórios dos Ministros da Guerra, buscando mais dados, mais elementos para essa questão: todavia, há um silêncio quase generalizado sobre a atribuição da responsabilidade desse Ministério, nesses relatórios. A exceção foi o Relatório do Ministro da Guerra, Sr. José Manoel de Moraes, de 1830, que forneceu pistas sobre a existência de uma escola do Ensino Mútuo, quando ele apresentou a situação da *Academia, Archivo e Escolas Militares*, e relatou que na Escola de Primeiras Letras do Arsenal do Exército havia uma escola de ensino mútuo (RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA, 1830, p.9).

Esses dados fornecidos pela *Colecção de Leis do Império* permitem que se identifique que a primeira instância de atuação do Método foi na Militar e possibilitam em face dessa constatação, da relação do Método com as Tropas, que se indague: por que as primeiras escolas lancasterianas foram criadas ou instituídas pelas elites ilustradas, para instruir as corporações militares? E, também, por que se recrutou do interior dessas forças os primeiros mestres?

Analisar a primeira aproximação da Educação com as instituições militares não é bem uma originalidade contemporânea. Almeida (1989), no final do século XIX, já

¹³ Em 13 de julho de 1825.

¹⁴ Em 18 de julho de 1825.

¹⁵ Em 22 de agosto de 1825.

ensaiava uma explicação plausível para tal aproximação. Para o autor, não havia prioridade das instituições militares sobre a instrução pública, visto que esta não estava sob a dependência de um único e, sim, de diversos ministérios, além das câmaras municipais. Fernandes (1999) e também Bastos (1999) já argumentaram com o intuito de demonstrar que a decisão brasileira de buscar na instância militar a base para a formação do quadro de professores do Método Mútuo estava, neste período que cerca a Independência, amparada em decisões tomadas na Metrópole.

De forma geral, entende-se que as disposições legais apresentadas revelam que a tarefa de preparar toda a classe militar, inclusive as que faziam parte dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições, instruindo-a desde as primeiras letras, tornou-se prioridade¹⁶, no período da Independência, ocasião em que há tarefas gigantescas a cumprir.

Para Prado Junior (1979, p.325), neste período, os corpos das tropas regulares exerciam uma função militar importante, por isso deviam ser mais instruídas, exercitadas e equipadas.

A função das instituições militares, dos exércitos, era e é a de prevenir, conter as desordens e manter a paz social. Todavia, ao mesmo tempo em que é um meio de proteção, também é potencialmente uma ameaça aos interesses dos estados civis, porque “é uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social” (FOUCAULT, 1986, p.150).

A desordem social não era um espectro, uma fantasia, mas uma realidade que não era desconsiderada, porque, por todo o território nacional, eclodiam violentas lutas, movidas ora pela emancipação política ora por levantes de escravos. As convulsões internas ameaçavam a unidade nacional, desequilibravam a integridade e a indivisibilidade, que se constituíam em “dogma político” do Estado Monárquico (MATTOS, 1999, p.68).

A agitação ou a resistência popular emergia em diferentes níveis e em diferentes lugares. Advinha das rebeliões e fugas de escravos, das depredações dos grupos de capoeiras, surgia dos adversários políticos ao poder constituído, das Tropas, dos assaltos e furtos, porém a compreensão dos contemporâneos dos fatos era a de que a ameaça maior advinha sempre da participação das “hordas de bárbaros”, nas desordens públicas.

¹⁶ Decisão da Guerra n.203, de 20 de setembro de 1824.

Parafraseando Prado Júnior (1979, p.284), diria que o país vivia um estado pré-anárquico permanente e que a ordem pública era precária.

Para conter os comportamentos que ameaçavam a ordem pública, foi necessário disciplinar suas condutas, por meio das forças policiais que emergiram com o intuito de promover o controle social. Se a resistência se manifestava de maneira desorganizada, a repressão nunca o fora. Os aparelhos repressores foram organizados com o intuito de defender os interesses do recém instituído Estado Nacional, bem como os das elites que sustentavam este Estado.

Todavia, ironicamente, apesar de José Bonifácio pregar a obediência dessas forças à Lei e ao Monarca¹⁷, “[...] o exército brasileiro nunca foi um modelo de disciplina [...]”¹⁸. Faoro (1975), também, concorda e afirma que, desde 1823¹⁹, o exército não obedecia ao Imperador.

Os constantes amotinamentos, as reincidentes participações em conflitos e em rebeliões e, principalmente, o apoio das Tropas às manifestações populares desestabiliza o dogma da Monarquia. Holloway (1997, p.225) chama a atenção constantemente para o problema do mau comportamento dos soldados, a despeito da submissão à disciplina e ao rigor com que eram tratados. Os problemas disciplinares e as violações eram muito freqüentes.

Essas questões permitem registrar que a primeira instância a ser disciplinada advinha justamente do setor que deveria, no entender das classes dominantes, disciplinar, ou seja, as forças militares. Posta a contradição: como disciplinar uma sociedade se a instituição responsável para tal tarefa era altamente indisciplinada, desorganizada e insidiosa?

A função dos soldados era evitar agitações, assegurar que as autoridades constituídas fossem respeitadas e vigiar a população livre e pobre. Mas como armá-los para atuarem como agentes de repressão na manutenção da ordem pública, se o comportamento deles estava longe do ideal de obediência militar?

Há que se ressaltar que, nas Tropas de linhas, os postos de comando eram compostos por uma facção da classe dominante, em que inicialmente os regimentos portugueses, regulares e profissionais, predominavam (PRADO JÚNIOR, 1979, p.310). Posteriormente, foram formados por oficiais brasileiros provenientes da elite, mas o

¹⁷ Silva (1998 apud DALHNIKOFF, 1998, p.244).

¹⁸ Oliveira Lima (1989, p.108).

¹⁹ Dissolução da Constituinte de 1823.

corpo dos soldados era recrutado entre os segmentos da população pobre das cidades e do campo”²⁰ e “arrebanhados como animais, e à força, na regra dos casos”²¹. Não é de se estranhar que esses soldados, provenientes das camadas inferiores, com valores e hábitos diferentes das classes dominantes, não se ajustavam à ordem militar. Portanto, renova-se o impasse: como tornar soldados, de fato, os homens degradados pela pobreza, indigência e ignorância?

Como membros das forças militares, os homens “sem eira e nem beira”, pobres e livres, eram submetidos a uma disciplina militar, que primeiramente os disciplinava, transformando-os em bons soldados, obedientes às normas e à hierarquia apreendida e internalizada. Posteriormente, eles submeteriam seus iguais, no intuito de defender os interesses das classes dirigentes, garantindo a ordem pública. Entretanto, para fazê-los obedientes, organizados e disciplinados, havia a necessidade da criação de uma identidade corporativa, um grupo que deveria se reconhecer como agentes do Estado.

As estratégias para transformar o homem do povo em agentes do estado vão se fazendo por meio da dilatação do poder do Estado, substituindo pessoas e comportamentos sociais, instituindo mecanismos que regulavam a vida dos homens inferiores. O Estado vai penetrando nas relações, interferindo nelas por meio da organização das forças policiais, encaminhando a formação do povo, começando por vigiar e disciplinar as pessoas que compunham as instituições repressoras, nas escolas militares e depois nas civis, por meio da instrução militar benthamita²² e elementar, com a instrumentalização fornecida pelos ideais de Lancaster, com o Método Lancasteriano.

Entretanto, o quê o Método Lancasteriano, de fato, propunha para que a Monarquia brasileira e suas elites optassem por ele para disciplinar um segmento – forças militares – que, por origem, é disciplinador? De que forma poderia o Método

²⁰ Carvalho (1996, p.171).

²¹ Sodré (1965, p.70).

²² Jérémy Bentham (1748-1792), jurista inglês autor do Panóptico, um documento publicado, em 1791, que continha uma proposta de uma instituição carcerária com um projeto arquitetônico, idéias e regras de funcionamento que destacavam a visibilidade dos corpos para obter maior controle. O problema que movia Bentham era em como promover a reforma dos costumes, que, a seu ver, estava sendo negligenciada, para estabelecer e manter a ordem, no interior de espaços restritos. Para ele, muitos estabelecimentos podiam pôr em prática os princípios de seu modelo, como hospitais, manufaturas e escolas, para isto amparou suas idéias em um conceito de educação que a entendia como sendo resultado de todas as circunstâncias às quais se expõe uma criança, um jovem. Para ele dever-se-ia colocá-las em uma posição onde se podia influenciá-las, quer pela escolha das coisas que as rodeiam e das idéias que nelas se quer germinar. A proposta de Bentham bem como seu conceito de educação foi um modelo, de encarceramento dos indivíduos, para estabelecer e manter a ordem, no interior de espaços restritos, visando a transformação de homens ignorantes em membros úteis para sociedade, ensinando a ler, a escrever, a contar, moral, religião, música e desenho (BENTHAM, 1987, p.220).

transformar os homens das classes subalternas em soldados, em agentes do Estado, para vigiar e disciplinar sua própria classe social?

O mentor do Método Lancasteriano foi Joseph Lancaster (1778-1838), inglês, defensor confesso da nobreza e membro da seita dos *Quaker*. Em 1798 estabeleceu, sem financiamento público, em um subúrbio londrino o *Borough Road*, uma escola para filhos da classe trabalhadora. Muito provavelmente, ao ensinar por apenas quatro pences por semana, atraiu inúmeros discípulos. Com muitos alunos e pouco dinheiro, Lancaster se viu diante de uma situação em que não queria perder os discípulos conquistados mas também não tinha recursos para mantê-los, como ele mesmo afirma: “[...] estava ansioso para encontrar uma maneira que me permitisse aumentar a utilidade da instituição sem aumentar minhas próprias despesas”.

De início, uma das saídas que encontrou para manter sua escola repleta de crianças foi a de adotar algumas das práticas pedagógicas de Bell²³, como ele mesmo afirma em diferentes passagens de seu texto, e que foram, aos poucos, aperfeiçoadas em seus procedimentos e em seus princípios, adquirindo a forma lancasteriana de ser.

É necessário ressaltar que, apesar de Lancaster ter assumido publicamente que por diversas vezes fez uso de “dicas” úteis do método do pastor, eles divergiam em questões fundamentais sobre a instrução pública e sua generalização. Bell não era partidário da disseminação indiscriminada da instrução, e suas escolas se destinavam a atender somente aos fiéis da Igreja Anglicana, enquanto as escolas de Lancaster não apresentavam restrição, muito menos a religiosa, para serem freqüentadas. No que tangia às matérias e aos conteúdos que deveriam ser ensinados, a proposta pedagógica de Lancaster também diferia da proposta de Bell. Para o primeiro a instrução deveria promover não só a leitura, mas também a escrita, a numeração e as contas, para as classes menos favorecidas.

²³ Andrew Bell (1753-1832), escocês, como diretor do Asilo Militar de Egmore, em Madras, na Índia, destinado a meninos órfãos, criou diversos procedimentos didáticos para viabilizar sua tarefa pedagógica que acabaram por constituir um método de alfabetização que incorporou, no aspecto prático, alguns recursos e procedimentos pedagógicos provenientes da região, como a escrita com os dedos, na areia. Bell pretendia, por meio da educação da juventude, formar bons alunos, bons homens e bons cristãos, e para isso era necessário evitar perda de tempo na escola, fornecer aos estudantes condições de satisfação pessoal e, a todo custo, procurar manter a atenção em objetivos absolutamente adequados. Bell buscava, no exercício pastoral, desenvolver e formar “hábitos de diligência, trabalho, verdade e honestidade”. Desejava instruir as pessoas que estavam sob sua responsabilidade religiosa nos *conhecimentos úteis*, para melhor atender aos interesses individuais, bem como para melhor servir ao Estado ao qual pertenciam; esses dois propósitos não eram pensados separadamente. Os ideais pedagógicos de Bell foram divulgados em 1796, após seu retorno a Londres, com a publicação do trabalho *An Experiment in Education*, no qual relatou sua experiência no Asilo de Madras.

A partir de 1803, este começou a divulgar suas idéias e os resultados de seu trabalho em diversas brochuras, sempre com o título *Improvements in Education*. Entretanto, só em 1805, após quatro anos da existência da sua instituição escolar é que *Improvements*, já em terceira edição, aparece sob a forma de livro. Neste novo formato manteve, com algumas pequenas alterações, o conteúdo pedagógico do método das edições anteriores, mas promoveu inserções consideráveis na proposta do plano de melhorias na educação elementar para a classe trabalhadora. O livro de 1805 saiu com uma tiragem de 3.500 exemplares.

Em 1808, apoiado por um grupo Lancaster funda a *Royal Lancasterian Society*, e seu *novo método* adquire grande reputação e muita notoriedade. Ao poucos, essa sociedade não só passou a administrar as escolas, que em 1811 já contavam com mais de 30 mil alunos distribuídos em 15 escolas (no território inglês), como também ampliou o raio de sua influência, investindo na área industrial, abrindo uma oficina de impressão e uma fábrica de fazer lousas.

A partir de 1814, os intentos de Lancaster ganharam novo fôlego, com a criação da *Lancasterian British and Foreign School Society* (Sociedade Lancasteriana de Escolas Britânicas e Estrangeiras). Atribui-se a esse grupo a façanha de promover o método inglês de ensino para além dos limites da Inglaterra.

Sob a gerência dessa sociedade/empresa, Lancaster deixou a Inglaterra, em 1818, partindo para *New York* (EUA), onde, em 1838, veio a falecer. Tinha o objetivo de divulgar, ele mesmo, o método inglês. Com o mesmo objetivo permaneceu em Caracas de 1824 a 1827.

Antes que a primeira década do século XIX findasse, o método de Lancaster apresentou uma grande expansão para além dos domínios da Inglaterra e dos Estados Unidos. Espalhou-se em direção a França, Portugal, Itália, Alemanha, Grécia, Bulgária, Dinamarca e Suécia. Atingiu também a Rússia, o território africano (Serra Leoa, Senegal), a Índia, a Austrália, o Canadá, o México, o Peru, e alguns países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil.

AS PARTICULARIDADES PEDAGÓGICAS DO MÉTODO DE LANCASTER

Lancaster amparou seu método no ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e, principalmente, na memorização, porque acreditava que esta inibia a

preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Em face desta opção metodológica ele não esperava que os alunos tivessem originalidade ou elucubração intelectual na atividade pedagógica mas disciplinarização mental e física (NEVES, 2003).

Identificado com trabalho pedagógico realizado por Bell, também, utilizou monitores para o encaminhamento das atividades pedagógicas. Todavia, o principal encargo do monitor não estava na tarefa de ensinar ou de corrigir os erros, mas sim na de coordenar para que os alunos se corrigissem entre si. Para Lancaster, os monitores eram os responsáveis pela organização geral da escola, da limpeza e, fundamentalmente, da manutenção da ordem, outra tarefa relevante do monitor lancasteriano, posto que ele defendia uma proposta disciplinar de instrução, relacionada a disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual.

Paralelamente à violência que se estabeleceu nas relações do sistema de dominação, no Brasil, da Colônia à República, para garantir a hierarquia e a obediência, a instituição do Método Lancasteriano, que também funcionava sob a disciplina militar benthamita e promovia o ensino da obediência, o fez pela autodisciplina, pela autorregulação e não mais pela imposição da força física.

Não se pode descaracterizar a influência militar do método, porque Bell, antes de Lancaster e contemporâneo dos ideais benthamistas, organizou os primeiros procedimentos de seu método no interior de uma instituição militar. Por mais que Lancaster afirmasse que se distanciava do ideal marcial, essa influência ficou registrada em todo seu plano pedagógico (NEVES, 2003).

Para manter a ordem necessária ao desenvolvimento do plano, inclusive entre os monitores, Lancaster (1805; 1823) estabeleceu um sistema de “Ordens”, composto de poucos comandos e bastante simples, para evitar dúvidas quanto ao seu entendimento e a sua execução. As ordens eram manifestadas por meio de comandos, como:

desatem os chapéus, sentem, tirem as lousas, escrevam, fora, andem para frente, vão, mostrem as lousas ao mestre, andem para trás, guardem as lousas, coloquem os chapéus, vão (LANCASTER, 1805, p.108; 1823, p.69).

Essas ordens (ou comandos) eram transmitidas pelo mestre aos monitores, e estes, por sua vez, transmitiam-nas, sem alterá-las sob hipótese alguma, aos discípulos.

Apesar de Lancaster (1805) afirmar ter tido o cuidado de evitar o campo dos comandos de cunho militar, ele previa que

[...] quando o monitor precisa ordenar que a classe se mova à direita ou à esquerda, isto é feito preferencialmente sob forma de sinais, para evitar comandos. Para a direita é ‘**Vão**’ ao invés de ‘**Marchem**’ e também ‘**Parem**’ ao invés de ‘**Alto**’ (LANCASTER, 1805, p.108 – Grifos do autor)

Parecia a ele que dessa forma ficava diferente a imagem da prática desenvolvida pelos homens que estão sob regime de quartel.

Esse poder que se exerceu sobre os corpos foi feito mediante a inspeção, a vigilância e, para Foucault (1998, p.188),

ele se apóia, no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina (FOUCAULT, 1998, p.188).

O Sistema de Ordens, como outros procedimentos lancasterianos, tinha a função de ser simples para ser bem executado, para evitar a dispersão da atenção e, fundamentalmente, para impedir que houvesse deslocamentos e também movimentos físicos desnecessários em aula. Tanto na sala de aula lancasteriana como nas Tropas, percebe-se que o saber se movimentar é prioridade.

No Brasil, durante o período imperial, instituiu-se um mecanismo de poder, de dominação, que não feria os interesses da Monarquia, legitimada por meio da teoria jurídico-política da soberania (poder do Rei) e edificada sob um poder que estava mais vinculado à terra e a seus produtos. E também não feria os interesses das classes dominantes mais centrados na emancipação política e econômica e na preservação da estrutura social escravista. Um poder que não deixou de atuar e exercer seus domínios sobre o território ocupado por seus produtos, mas que aumentou sua esfera de atuação, incidindo sobre a população em geral, sobre os pobres, visando seus comportamentos, suas almas e sobre seus corpos.

Foucault (1984, p.125) identifica duas produções redigidas simultaneamente no século XVIII, que têm por tema o corpo humano, mas sob perspectivas muito

diferenciadas. Uma delas era da autoria de Descartes, a outra, o “*Homem, uma Máquina*”, de La Mettrie. A primeira incidiu sobre a forma anátomo-meta-física, a que médicos e filósofos deram continuidade; a segunda foi redigida sob a forma técnico-política, constituída por um “conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo” (FOUCAULT, 1984, p.126). A primeira tratava do funcionamento e da explicação do corpo, a outra da sua submissão e da sua utilização.

Para Foucault (1986, p.126), a segunda perspectiva, a de La Mettrie, era uma teoria de adestramento, que submetia o corpo, amparada na noção de docilidade. E que o uso dessa “mecânica de poder” preocupou-se muito mais com o desenvolvimento da ação, com as minúcias do gesto e do ato, do que propriamente com seus resultados, e há muito tempo já era usada em escolas e em colégios e que, posteriormente, foi encontrada também nas organizações militares.

Nas escolas, já se percebia esse mecanismo no Tratado sobre as obrigações dos Irmãos das Escolas Cristãs, de Jean-Baptiste de La Salle (1651–1718), mas foi com as Escolas Lancasterianas que ele atingiu sua forma mais aperfeiçoada.

Nos exércitos, o soldado se reconhece e é reconhecido de longe, pela sua maneira de se posicionar, de ficar onde for necessário, de se deslocar com precisão e destreza. O controle sobre ele iniciou-se no momento em que começaram a lhe ensinar esse saber militar e disciplinar que o fabrica (FOUCAULT, 1998, p.106; p.125).

Essa forma de inserir tanto soldados quanto alunos em espaços individualizados, quartel ou escola; de os controlar sobre permanente visibilidade, classificando-os e combinando-os por classes; de os manter ocupados constantemente por meio de tarefas repetitivas, diferentes, mas graduadas; de fabricar o soldado pelas técnicas específicas que o considera tanto como objeto como instrumento de poder, é denominado por Foucault (1984) de “poder disciplinar”.

A ‘disciplina’ não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1984, p.189).

O poder disciplinar por meio do Método Lancasteriano vai incidir, gerenciar e controlar a ação dos homens que não estão ajustados à ordem social.

Dessa forma, o poder do soberano e das disciplinas se constituiu em um mecanismo de poder mais geral, não só na neutralização dos perigos, como também e fundamentalmente, fabricando, nas escolas e nas forças militares, homens úteis para o Brasil, neste período de investigação, o do Império Brasileiro.

Em síntese, pode-se identificar, pelo menos, três funções na opção por se construir escolas lancasterianas no interior das forças militares. A primeira é a de disciplinar homens indisciplinados e torná-los bons soldados; a segunda é a de que, a partir da disciplinarização, eles vigiarão como soldados a população em geral, e uma terceira advém de que soldados mestres atuarão sob o corpo, tanto no de outros soldados, intensificando a disciplinarização, como no social mais geral, por meio do corpo infantil.

No Brasil, a educação por meio do Método Pedagógico funcionou não só nos ambientes escolares, como também atuou, primeiramente, entre os agentes da ordem, a classe militar, na promoção da hierarquia, da disciplina e da obediência. Em terras brasileiras, as escolas imperiais de instrução elementar atuaram como centro de excelência na história das instituições disciplinares.

A meu ver, a proposta de anexar o Método Lancasteriano pela Monarquia e elites ilustradas, durante o período que gira em torno da constituição do Estado Nacional, nas demandas sobre a formação e instrução do povo brasileiro, promove um deslocamento de algumas posturas na historiografia da área da Educação, que entende a educação e a escola como instâncias que apenas refletem, que acompanham simplesmente o movimento social, que, como objeto de investigação, não oferecem explicações para esse mesmo movimento, mas que carecem sempre de explicação.

A análise da anexação do Método Lancasteriano como dispositivos da área pedagógica permite perceber que, em determinadas circunstâncias, esses mecanismos, que têm história e tecnologia própria, são anexados ao movimento mais geral da sociedade, porque estão em conjunto com outros mecanismos, interferindo nos movimentos sociais e culturais.

Em conjunto, atuando no mesmo nível que outros mecanismos repressores, a disciplinarização aos soldados se iniciou com a introdução de um método pedagógico, para que eles agissem como agentes do Estado Monárquico.

A ênfase se desloca para a educação, para a escola, para um método pedagógico, o Método Lancasteriano, entendido como um dispositivo do poder disciplinar, que tem uma história e uma tecnologia própria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889*. São Paulo: EDUC, INEP/MEC, 1989.

BARREIRO, José Carlos. Instituições, Trabalho e Luta de classes no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Editora Marco Zero, v.7, n.14, p.131-149, mar./ago. 1987.

BASTOS, Maria H. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Editora Universitária, 1999a. p.95-118.

BENTHAM, Jérémy. Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção, principalmente, prisões. Tradução de Ana Edite Ribeiro Montoia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.7, n.14, p.199-229, mar./ago. 1987.

CARDOSO, Tereza M. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Editora Universitária, 1999. p.119-144.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Damará, 1996.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FERNANDES, Rogério. A difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Editora Universitária, 1999. p.25-44.

FOUCAULT, Michel.. *Microfísica do poder*. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império brasileiro (1821-1889)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

HOLLOWAY, Thomas H. . *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

NEVES, Fátima Maria. *O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)*. 2003, 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

Relatório do professor Luis Augusto dos Reis, de Espírito Santo do Pinhal, em 1 de junho de 1889. Doc.7-6-25. Ordem 4.921, Lata 3. Arquivo Público de São Paulo.

FONTES IMPRESSAS

ANNAES da Câmara dos Deputados. 1823, 1826.

ANNAES da Câmara dos Deputados. Projeto de Lei sobre a Instrução Publica do Império do Brazil. Sessão de 16 de junho de 1826, p.151.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Collecção das leis do Brasil de 1808 a 1853. Ouro Preto, Tipografia de Silva e Nacional, 1833-1841. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1838-1910. 45 v.

FALLAS DO THRONO, *desde o anno de 1832 até o anno de 1872 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria e de diferentes informações e esclarecimentos coligidas na Secretaria da Camara dos Srs. Deputados*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872.

Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores: *Notícia Histórica dos serviços, instituições e estabelecimentos pertencentes a esta repartição*, elaborada por ordem do respectivo ministro Dr. Amaro Cavalcanti. Publicação Oficial. RJ: Imprensa Nacional, 1898, Cap. XIII, p.10. AP 1897-98 RMJ NI.

Relatório do Ministro da Guerra, Sr. José Manoel de Moraes, de 1830.

Relatórios dos Ministros do Império, apresentado à Assembléa Geral Legislativa pelos Ministros e Secretarios d’Estado dos Negócios do Imperio, entre 1833 a 1851.

LANCASTER, *Improvements in Education as it respects the industrious classes of the community contarning, amony other important particulars*. London, Third edition, with additions. Darton & Harvey, 55. Gracechurch-street, 1805. 245p.

LANCASTER, José (1778-1838). *Sistema Britânico de educação*. Trad. Guilherme Skinner. Porto, Tip. da Viúva de Alvarez & Filips, 1823. 83p.